

A reprodução capitalista do espaço por meio da terceirização de serviços: desvelando as implicações para lazer dos visitantes das Paineiras (Parque Nacional da Tijuca - RJ)

Eloise Silveira Botelho¹

Gláucio Gleí Maciel²

Resumo: A criação de áreas protegidas é uma das mais importantes estratégias de proteção da natureza. Os parques nacionais são casos relevantes, pois protegem importante biodiversidade associado ao incentivo do turismo, que atualmente, tem se dado por meio da política pública de terceirização de serviços de apoio à visitação. O Parque Nacional da Tijuca é um caso relevante pois, além de possuir o maior índice de visitação do país, está transformando o antigo Hotel Paineiras em um Complexo, que oferecerá diversos serviços de apoio à visitação, trazendo diversas implicações para os frequentadores habituais das Paineiras, área de lazer com acesso livre. Neste sentido, este trabalho analisa a pesquisa realizada em 2011 com os frequentadores das Paineiras, com o objetivo compreender as implicações do estabelecimento do Complexo Paineiras para o lazer dos cariocas. Está embasada nos aspectos teóricos que tratam da reprodução capitalista do espaço por meio da terceirização de serviços de apoio à visitação em parques nacionais. Com caráter exploratório, foram analisados 260 questionários aplicados com os visitantes frequentadores das Paineiras. Os resultados revelam que a introdução dos serviços de apoio à visitação no futuro Complexo Paineiras implantará serviços e infraestrutura demandados para a visitação, com a qualidade e eficiência próprias das empresas privadas, mas que também implicará em uma perspectiva elitista na visitação em parques nacionais.

Palavras-chave: Reprodução capitalista. Espaço urbano. Terceirização de serviços. Parque Nacional da Tijuca (RJ).

Introdução

Um das mais importantes estratégias da política ambiental no Brasil são a criação, implantação e gestão de áreas protegidas (LEUZINGER, 2007). No país, e também no mundo, as áreas protegidas são territórios com grande diversidade biológica, recaindo sob elas legislação específica com o objetivo de conservação que determina e regulariza o uso e a apropriação dos recursos naturais, estabelecendo, assim, uma nova dinâmica no desenvolvimento do território.

¹ Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Programa EICOS/IP/UFRJ). Doutoranda em Engenharia de Produção (COPPE/UFRJ). Professora Assistente do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Email. eloisebotelho@hotmail.com

² Mestrando em Serviço Social (PUC-RIO). Educador Ambiental e pesquisador da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Email. minhatriilha2000@yahoo.com.br.

No Brasil, o reconhecimento da importância das áreas protegidas é constituído em lei, através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985/2000), que afirma o compromisso com a proteção da natureza associado ao desenvolvimento social e econômico do território. Dentre as categorias de Unidades de Conservação (UC), o Parque Nacional chama atenção para esse desafio.

A categoria Parque Nacional tem como objetivo básico “a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (BRASIL, 2000). Nesse sentido, o Parque Nacional se difere das demais Unidades de Conservação por admitir que o território e seus recursos naturais tenham, além da finalidade de proteção da biodiversidade, o valor simbólico da contemplação de sua beleza cênica e o uso indireto para fins de lazer e recreação, constituindo-se, assim, em espaço potencial para o desenvolvimento da visitação e do turismo. Essa característica intrínseca ao Parque Nacional demanda o estabelecimento de infraestrutura e facilidades específicas que permitam a visitação, exigindo investimentos financeiros que geram custos para a gestão.

No entanto, por muitos anos, a gestão dos parques nacionais no Brasil não incentivou a visitação com receio de que a atividade poderia colaborar para a degradação da biodiversidade. Essa perspectiva de gestão repercutiu em muitas Unidades de Conservação dessa categoria, pois a falta de recursos financeiros para a administração e a ausência de serviços e de infraestrutura de apoio à visitação (como, por exemplo, alimentação, acesso, segurança) geraram baixos índices de visitação e pouca integração com o entorno (KINKER, 2002).

Mas, recentemente, a política ambiental brasileira tem dado aos parques nacionais uma nova perspectiva de gestão, com incentivos à visitação entendendo que esta atividade pode agregar recursos financeiros capazes de apoiar a manutenção dessas áreas, como proteção e manejo, associado a uma atividade com baixo impacto natural. A título de exemplo, em 2011, os Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo lançaram, em conjunto, o Programa “Parques da Copa” que tem por objetivo equipar os parques nacionais com infraestrutura e serviços de apoio à visitação a partir da parceria com a iniciativa privada, por meio da terceirização. A partir deste

programa, o governo federal incentivou os investimentos da iniciativa privada em parques nacionais brasileiros, como os Parques Nacionais de Iguaçu (PR), Marinho de Fernando de Noronha (PE), Marinho dos Abrolhos (BA) e Tijuca (RJ) que, devido ao fluxo de visitantes já consolidado, foram priorizados para serem contemplados com os investimentos.

De todos os parques que receberam ou receberão os investimentos por meio da terceirização de serviços, o Parque Nacional da Tijuca, localizado na cidade do Rio de Janeiro, ganha destaque, seja por ser a Unidade de Conservação com maior índice de visitação do país, ou por representar a reprodução a expansão capitalista do espaço urbano a partir da “revitalização” do patrimônio histórico-cultural, conhecido por “Complexo Paineiras”. Este empreendimento, localizado na Área Estratégica Interna do Corcovado³, envolve investimento de mais de R\$40 milhões e visa reformar o antigo Hotel Paineiras para ser o “portão de entrada” ao Morro do Corcovado e ao Monumento do Cristo Redentor, com o objetivo de oferecer aos visitantes serviços de alimentação (restaurantes diversos, lanchonete, café), de acesso e transporte (estacionamento para veículos particulares e venda de bilhetes para acesso ao Morro do Corcovado incluindo transporte rodoviário), além de serviços e equipamentos para eventos e para informações aos visitantes. Com isso, o Estado espera melhorar o atendimento, fornecendo aos visitantes mais conforto e, também, acredita que problemas relativos à intensa visitação diária no local, como engarrafamentos e longas filas para o acesso ao Monumento do Cristo Redentor, sejam atenuados com maior dispersão de pessoas e possibilidades de entretenimento (ICMBio, 2011).

Porém, o Complexo Paineiras interfere, também, na visitação da área conhecida por “Paineiras”, localizada na Floresta das Paineiras, especificamente na Estrada do Redentor, que faz intercessão ao novo empreendimento. O local possui acesso livre, e é frequentado por moradores da cidade do Rio de Janeiro que utilizam a estrada para lazer e prática de esportes, sobretudo aos finais de semana, quando o acesso é fechado para veículos motorizados.

Com a instalação do Complexo Paineiras cria-se um novo ambiente para a visitação no Parque Nacional da Tijuca, tanto para os turistas que desejam acessar o Morro do Corcovado e o

³ De acordo com o Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca, esta área é de uso intensivo, com objetivos de visitação, o que demanda infra-estrutura, serviços e equipamentos de apoio (ICMBio, 2008).

Monumento do Cristo Redentor, quanto para os cariocas frequentadores das Paineiras. Este cenário reflete a lógica de gestão de cidades globais que vigora atualmente na cidade do Rio de Janeiro, em um contexto de reprodução capitalista do espaço, motivado, sobretudo, com a vinda dos megaeventos e, portanto, influenciando diretamente na produção e consumo do turismo no Parque Nacional da Tijuca.

A partir do exposto, pergunta-se: qual a opinião dos frequentadores das Paineiras a respeito dos serviços de apoio à visita no Complexo Paineiras? Quais as implicações que o projeto poderá trazer para a visita nas Paineiras? Sendo assim, o presente artigo pretende apresentar a análise da pesquisa realizada em 2011 com os frequentadores das Paineiras, com o objetivo compreender as implicações da implantação do empreendimento Complexo Paineiras para o lazer dos cariocas nos dias atuais.

Esta pesquisa justifica-se, pois poderá trazer subsídios para que visitantes exponham suas necessidades e para que os gestores orientem as ações, no sentido de demandar e garantir o acesso e uso públicos tanto para os turistas do Morro do Corcovado, quanto para os frequentadores das Paineiras.

A pesquisa tem caráter exploratório, pois teve como principal finalidade desenvolver e esclarecer tal fenômeno, com o objetivo de dar suporte para estudos posteriores. A pesquisa⁴ foi realizada em momento de definição da licitação do Complexo Paineiras e buscou identificar o perfil dos visitantes e, também, a opinião destes a respeito dos serviços oferecidos antes da concessão e aqueles previstos pelo novo empreendimento. Portanto, foram avaliados os equipamentos de lazer, recreação e esportes; sinalização; e acessos, o que incluiu a possibilidade de introdução de transporte público de passageiros, a proibição do acesso a veículos particulares, e instalação de lojas, restaurantes e sala de exposições, na área referente ao antigo Hotel Paineiras. Os questionários, semiestruturados, foram aplicados entre os meses de março e maio de 2011, com um total de 260 unidades válidas.

Para a realização da pesquisa, recorreu-se ao método de amostragem, “que consiste de um conjunto de operações realizadas para estudar a distribuição de determinados caracteres na

⁴ Em 2011, os autores desta pesquisa compunham o quadro de funcionários terceirizados da Coordenação de Uso Público e Negócios e Núcleo de Educação Ambiental, respectivamente, do Parque Nacional da Tijuca e elaboraram e aplicaram a pesquisa para atender parte das funções administrativas.

totalidade de uma população (universo) a partir da observação de uma fração dela (amostra)” (SCHÜTLER, 2003, p. 89), pois não seria possível estudar a população toda.

Este trabalho está dividido em três partes: primeiramente, buscar-se-á discutir como a produção capitalista do espaço urbano influi na organização do turismo; posteriormente, objetiva-se compreender a política pública de terceirização de serviço de apoio à visitação em parques nacionais brasileiros; por fim, será apresentado o perfil dos visitantes das Paineiras e analisar as expectativas, opiniões com relação aos serviços de apoio à visitação previstos para o antigo Hotel Paineiras e as implicações em suas atividades de lazer.

Assim, este trabalho oferece elementos para a reflexão sobre a terceirização de serviços de apoio à visitação em dois sentidos: primeiramente, a opinião dos frequentadores pode interessar aos gestores públicos, no sentido de avaliar como a política de terceirização de serviços é recebida por visitantes das áreas de lazer com acesso gratuito; bem como a pesquisadores e estudantes, empenhados em debater a implicação das terceirizações no contexto de produção capitalista do espaço urbano.

Produção capitalista do espaço urbano e o turismo

O século XIX é marcado por diferentes mudanças política, social, cultural e ambiental com impacto expressivo sobre o modo de vida da humanidade, em especial daqueles que residiam e trabalhavam em países do ocidente, sobretudo, na Inglaterra, onde inicia a Revolução Industrial.

Nota-se que no campo da política, a Revolução Industrial representou a crise do sistema absolutista/monárquico. A partir dela, percebe-se a ampliação do sistema socioeconômico cuja base está no meio de produção privada que se opõem a classe de trabalhadores. Nesse sentido, houve a superação do sistema feudal de produção e o desenvolvimento do sistema capitalista⁵ no âmbito das relações de trabalho, de uso e acesso dos espaços urbanos e ainda dos recursos naturais (LEFEBVRE, 2001).

Nessa perspectiva de sociedade, as relações trabalhistas, particularmente as que estão no âmbito do setor de serviços, como no caso das atividades turísticas, a produção e acesso aos

⁵ O capitalismo é um sistema econômico em que os meios de produção e distribuição são de propriedade privada e com fins lucrativos, cujo, as decisões sobre a oferta, procura, preço, distribuição e investimentos não são feitos pelo governo, e sim, por burgueses que investem em empresas, que os trazem lucros (NETTO, 2011).

espaços públicos e naturais bem como aos bens socialmente produzidos passam a ser regidos pelo mercado, no qual, os pressupostos são pautados por relações de oferta, preço e procura. Nesta lógica, a mão de obra dos trabalhadores, as cidades e os bens naturais são tratados como mercadorias a serem vendidas e consumidas, na “ética” do valor da troca.

Nesse contexto, o trabalho perde seu sentido como processo de humanização e passa a ser incorporado como atividade de produção para a troca. Sendo assim, no sistema de produção capitalista, o trabalho adquire dupla função, a primeira de produtor de mais-valia⁶ para o próprio capital e a segunda de valor de uso, voltado à produção de bens e serviços para subsistência humana (BEHRING, 2011).

Durante o processo de industrialização, as cidades tornaram-se espaços propícios para o desenvolvimento, devido à alta concentração populacional, permitindo a produção e reprodução de mercadoria e mão de obra em grande escala. Sendo assim, o espaço urbano transforma-se em lugar de crescimento, enquanto o campo passa a ser um lugar quase inóspito (PINHEIRO, 2006). Dessa forma, as cidades passam a cumprir um papel importante no modo de produção capitalista ao reproduzir a lógica de acumulação⁷ de capital no centro das relações de uso e acesso aos espaços públicos, recursos naturais e bens produzidos (LEFEBVRE, 2001). Ao servir a este propósito, as cidades transformam-se também em centros de exclusão⁸ socioambiental, negando o acesso ao trabalho digno e de qualidade, aos recursos naturais e aos espaços que deixam de ter a função de uso e passam a ter valor de troca.

No campo ambiental, o processo de industrialização promove a exploração dos recursos naturais em larga escala. Com o discurso da existência de abundância dos bens naturais incentivam o desflorestamento, a erosão de solos agricultáveis, pela exploração intensiva, a contaminação de mares, rios, lagos e águas subterrâneas, a poluição do ar e a extinção de espécies de forma desenfreada (QUINTAS, 2001, p.7).

⁶ Mais-valia é diferença entre o valor final da mercadoria produzida e a soma do valor do conjunto formado por meios de trabalho e objetos de trabalho. É aquilo que influencia a relação entre o trabalho humano e a natureza, no processo de transformação da própria natureza dos meios de produção e do valor do trabalho, em base de base do lucro para o sistema capitalista (IAMAMOTO, 2011, p. 63)

⁷ A acumulação é o motor cuja potencia aumenta no modo de produção capitalista, ou seja, a cumulação de capital somente é possível em um sistema em que o lucro, a espoliação do trabalho, a exploração dos recursos naturais e a venda do espaço público são faces da mesma moeda (HARVEY, 2001, p. 41).

⁸ Exclusão socioambiental é tratada neste trabalho na perspectiva Robert Castel (2004, p. 22) em que tal fato se dá quando indivíduos e/ou grupos de pessoas se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais.

No sistema capitalista, nota-se que o crescimento econômico deslança sobre um processo contradições que quase sempre incorre em crise. A crise deste projeto de sociedade pode ser constatada na falta de instrumentos suficientes para compatibilizar desenvolvimento de emprego e renda, o acesso aos centros urbanos e proteção ambiental de forma equitativa.

No entanto, Harvey (2001, p.42) ao discutir sobre o processo de produção capitalista, destaca que no capitalismo “há diversas possibilidades de ocorrência de crise”, o que implica em diferentes tensões na dinâmica de acumulação. Tais tensões são provocadas pelo próprio sistema, que constantemente reforma o mundo em que estamos cujo objetivo é alimentar a expansão da produção.

Diante desta racionalidade, o capitalista promove a existência de um excedente da força de trabalho, a fim de criar um mecanismo de aumento de oferta de mão de obra barata, como por exemplo, no estímulo ao crescimento populacional, diversas formas de migração, especialmente do campo para os centros urbanos (HARVEY, 2001).

No século XX, o sistema capitalista amplia o ciclo de exploração da natureza, de onde retira as matérias-primas para transformá-las em produtos e estruturas a serem consumidas pelo contingente de trabalhadores que passam a absorver a quantidade de mercadoria produzida.

Nos dias atuais, o sistema capitalista globaliza as cidades transformando-as em produtos a serem consumidos, em especial por turistas que detém o poder político-econômico. Nesse sentido, os centros urbanos do mundo ocidental estrategicamente são requalificados, sobretudo, na perspectiva dos pressupostos empresariais. No Brasil, a estratificação das cidades é promovida por uma força avassaladora que apresenta em seus discursos públicos a ideia do potencial das cidades como geradoras de emprego. Porém, nota-se que no discurso oculto o que está presente na ideia de reconfiguração das cidades é a busca por um consenso cívico para que os espaços urbanos sejam refinados no âmbito cultural, com o objetivo de garantir um clima favorável para os negócios (ARANTES, 2012).

No Rio de Janeiro este fato ocorre com a gentrificação⁹ dos bairros da Lapa, do Porto Maravilha, com as reformas e construções de espaços culturais e ambientais, como no caso do

⁹ Gentrificação é um processo de espoliação urbana, no qual é determinado quem entre e quem sai de um espaço que passa a ser apropriado pelo capitalismo como fonte de acumulo de recursos (MARICATO, 2012).

Complexo Paineiras, para o atendimento das demandas oriundas da Copa do Mundo da FIFA, em 2014, e dos Jogos Olímpicos, em 2016. Com o discurso de abrigar os megaeventos e, portanto gerar emprego e renda, busca-se o consenso coletivo para a transformação da cidade em mercadoria (ARANTES, 2012).

Assim, o Rio de Janeiro constitui-se em um “espaço perfeito”, por abrigar belas paisagens naturais e culturais, conforme destaca a Prefeitura Municipal:

“A tradição esportiva no Rio e seus recursos naturais e humanos permitam lançar candidatura para sediar os Jogos Olímpicos [...] E, seguindo o exemplo de outras cidades, aproveitar os jogos para sua transformação” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, *apud* VAINER, 2013, P. 61).

Nesta lógica de promoção e venda da imagem, a cidade é transformada em máquina urbana de crescimento em um processo marcado pela desindustrialização. Sendo assim, a cultura e os espaços naturais, como o Parque Nacional da Tijuca são reconfigurados para atender a “ética” da competição entre as cidades globalizadas. Neste contexto, o discurso oculto de espoliação do trabalho se traduz na disposição de postos de empregos temporários, como no caso do setor turístico, que atende os grupos, com poderes político-econômicos em tempos específicos. Na esteira deste cenário, o espaço urbano é lugar da reprodução capitalista, manifestando-se com evidência também nas políticas de incentivo ao uso público em parques nacionais por meio da terceirização de serviços de apoio à visitação, como é evidente no caso do Parque Nacional da Tijuca (RJ).

A terceirização de serviço de apoio à visitação em parques nacionais

A terceirização em Parque Nacional pode ser entendida como a delegação de bens e serviços a um ente privado, tendo em vista que o Estado retira-se da atividade produtiva, mas a titularidade da propriedade é pública, não implicando, portanto, na venda do patrimônio público, como é o caso da privatização. Portanto, tal fator não inviabiliza que o uso e acesso ao espaço, dito público passe a ser seletivo (RODRIGUES, 2009).

A terceirização dos serviços de apoio à visitação tem, basicamente, três categorias distintas, que se diferem de acordo com a complexidade da atividade e do valor de investimento. A autorização é o ato administrativo pelo qual o Poder Público consente que determinado indivíduo utilize bem público de modo privativo. A permissão corresponde ao ato administrativo

pelo qual a Administração consente que certa pessoa utilize privativamente um bem público, atendendo ao mesmo tempo aos interesses público e privado. Já a concessão é constituída por um contrato administrativo pelo qual o Poder Público confere a pessoa determinada o uso privativo de bem público, independentemente do maior ou menor interesse público da pessoa concedente. As modalidades de concessão e permissão devem ser precedidas de licitação pública, garantido isonomia no processo de seleção dos interessados (MMA/MTUR, 2010).

A delegação de bens e serviços públicos para exploração de terceiros é um processo que foi ampliado a partir da instituição do Estado Moderno, momento em que o Estado grande, ineficiente e caro dá lugar a um competitivo e eficiente, assumindo um papel de agente incentivador de investimentos em parceria com a iniciativa privada (DERANI, 2002).

A “diminuição” do Estado na execução de sua função também está presente na gestão ambiental sob a justificativa de que a administração estatal é ineficiente em relação à sua atividade fim (manejo e proteção da biodiversidade) e despreparada para a gestão de atividades-meio, como a visitação e o turismo. Mas a adoção deste sistema em Unidades de Conservação é relativamente recente, sendo os primeiros trabalhos de terceirização desenvolvidos na década de 1990 (RODRIGUES, 2009). Em 2000, a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação estabelece a base legal que ampara a terceirização de bens e serviços em Unidades de Conservação e determina que a exploração comercial de produtos ou serviços obtidos a partir dos recursos naturais, cênicos ou culturais, destinados às atividades de visitação, depende de prévia autorização e está sujeita a pagamento (BRASIL, 2000).

Assim, é possível compreender que, com o estabelecimento da lei, os recursos naturais e culturais presentes nas Unidades de Conservação adquirem um valor econômico. No caso do Parque Nacional, esse valor está relacionado à visitação, pois seus recursos passam a ser passíveis de exploração para a produção da visitação a partir da implementação de infraestrutura e serviços de apoio. Portanto, o novo efeito multiplicador engendrado na economia local resulta na apropriação privada do bem público – Parque Nacional.

Em dados recentes do ICMBio¹⁰, atualmente existem 38 Unidades de Conservação (entre Parque Nacional e outras categorias) abertos à visitação; destes, 30 oferecem serviços de apoio à visitação, e em 10 os serviços são terceirizados. Com o Programa Parques da Copa, os Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo pretendem ampliar as terceirizações para outras UCs e, com isso, esperam alcançar melhorias na infraestrutura e nos serviços de apoio à visitação, com investimentos que giram em torno de R\$100 mil a R\$40 milhões, por um período que varia entre 10 a 20 anos (MMA/MTUR, 2010). Nesse contexto, a expectativa é de diversificação da oferta de serviços, de acordo com as características peculiares de cada Parque Nacional e, também, com o potencial identificado através de estudos de viabilidade econômica. Dentre as ofertas, podem ser destacadas: a cobrança de ingressos; o acesso a atrativos e o transporte turístico; passeios diversos; lojas; serviços de alimentação e de hospedagem e visitas guiadas.

A terceirização de serviços de apoio à visitação traz diversos benefícios à gestão dos parques nacionais e a determinados visitantes. De acordo com Rocktaeschel (2006), a administração estatal pode canalizar esforços em suas atividades finalísticas, como fiscalização e proteção, ao delegar a terceiros um serviço que é necessário, mas que constitui vocação da iniciativa privada, sem abrir mão do gerenciamento, da jurisdição e da responsabilidade civil da UC. Assim, a administração estatal mobiliza o capital investido na proteção e na viabilização de um serviço turístico que a UC não teria estrutura para oferecer, reduzindo a dependência de subsídios públicos, como aponta Rodrigues (2009). Para esta autora, a terceirização possibilita, também, um novo padrão de atendimento, pois o setor privado demonstra-se mais bem sucedido na administração de serviços turísticos que o setor público.

A melhoria dos serviços e da infraestrutura incentiva a visitação, aumentando o número de usuários, o que garante a viabilidade do negócio e o lucro almejado pela iniciativa privada. Mas um maior número de visitantes pode colocar em risco a proteção dos recursos naturais se não for respeitada a capacidade de carga dos atrativos. Sendo assim, é necessário que haja equilíbrio entre esses fatores. Mas Rodrigues (2009) chama a atenção para a complexidade relacionada à

¹⁰ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente que tem por finalidade a execução da política nacional de Unidades de Conservação. Dentre suas atribuições está a promoção e execução de programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nessas áreas protegidas (BRASIL, 2007).

busca do equilíbrio entre viabilidade econômica, capacidade de carga e preços justos, considerando o viés mercadológico dos empreendimentos.

More e Manning (2004) também discutem essa problemática e acrescentam que a adoção de modalidades de terceirização requerem investimentos elevados, o que estabelece uma perspectiva elitista na visitação em parques nacionais, excluindo grupos sociais vulnerabilizados historicamente.

A partir do exposto,   importante acompanhar como esta política tem sido implementada pelo ICMBio nos parques nacionais brasileiros, refletindo sobre suas implica es na visita o, no turismo e no lazer.

Parque Nacional da Tijuca (RJ): breve histórico e característica da visita o

O Parque Nacional da Tijuca (Parna-Tijuca) localiza-se no município do Rio de Janeiro, cidade que possui grande voca o turística, abrangendo uma área de 3.953 hectares, com quatro setores distintos, a saber: a) Setor Floresta da Tijuca; b) Setor Serra da Carioca - Paineiras, Sumaré, Morro da Carioca; c) Setor Pedra da Gávea e Pedra Bonita e; d) Setor Pretos Forros e Covanca.   administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conserva o da Biodiversidade (ICMBio), autarquia do Ministério do Meio Ambiente com poder executivo federal (ICMBio, 2008).

Além de proteger o patrimônio natural da Mata Atlântica, o Parque concentra dentro dos limites de sua área, valiosos bens culturais e históricos, contemplando maciços rochosos, quedas d'água, riachos, fauna e flora da floresta atlântica, mirantes e várias outras atra es, fornecendo aos moradores da cidade do Rio de Janeiro e turistas diversas oportunidades de lazer e recrea o.

Mas sua história revela que o meio físico-natural do Parque foi explorado em diversos ciclos histórico-econ micos. Até meados do século XVII, a área do Parque Nacional da Tijuca permaneceu praticamente intocada. A partir de então, foi ocupada para a produ o agrícola, com planta es de cana de açúcar no século XVII e de café nos séculos XVIII e XIX. A  rea florestada foi praticamente toda devastada, trazendo prejuízos para o abastecimento de água para a popula o do Rio de Janeiro. Em 1861, foram instituídas as Florestas da Tijuca e das Paineiras como áreas a serem protegidas. Com isso, iniciou-se o processo de replantio heterog neo de espécies e de sucessão secundária, fazendo com que o Parque passasse a ser valorizado como área de lazer. Em 1967, o tem seu nome alterado de Parque Nacional do Rio de Janeiro para Parque Nacional da

Tijuca, quando também foram anexadas a ele as áreas da Floresta da Tijuca, do Morro da Carioca (Trapicheiro, Sumaré, Corcovado e Paineiras), da Pedra da Gávea e da Pedra Bonita (ICMBio, 2008).

A visitação no Parque Nacional da Tijuca vem apresentando crescimento nos últimos anos, chegando à marca de 2,9 milhões de visitantes no ano de 2013, sendo que desde 2011, a Unidade de Conservação ganhou o título de “mais visitada do país”. O setor do Parque que possui maior índice de visitação é a Serra da Carioca, onde estão localizados o Morro do Corcovado, o mirante e o Monumento do Cristo Redentor, recebendo até 15 mil visitantes por dia (ICMBio, 2014).

Com o objetivo de melhorar os acessos e serviços para receber os visitantes interessados em conhecer este local, em 2009, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade iniciou e o processo para integração do antigo Hotel Paineiras ao patrimônio do Parque Nacional da Tijuca. Em um segundo momento, foi elaborado o projeto arquitetônico para dar uma nova função de uso deste espaço, transformando-o no “Complexo Paineiras”. Também, foi realizado um estudo de viabilidade econômica e, para então ao final de 2011, lançar o edital de licitação dos bens e serviços de apoio à visitação por meio do instrumento de concessão. A concessão inclui: a cobrança de ingressos e transporte rodoviário de passageiros no trecho Paineiras – Corcovado; estacionamento; centro de convenções; serviços de alimentação; lojas de conveniências. Além disso, o concessionário deverá realizar as reformas, adquirir equipamentos e administrar os serviços (ICMBio, 2011).

O prazo do contrato da concessão é de vinte anos, podendo ser renovado pelo mesmo período. A estimativa dos investimentos necessários para reformas, aquisição de equipamentos e capital de giro é de mais de R\$ 40 milhões. Conforme explicitado no projeto básico, o ICMBio avalia que esta área é de importância fundamental para dar suporte à visitação, pois irá estimular a permanência de visitantes no Complexo Paineiras e, com isso, reduzir o tempo de permanência destes no Corcovado, aumentando a rotatividade dos turistas no local e distribuindo o fluxo de visitantes. Desta forma, o Complexo Paineiras destina-se possui importante função de ordenar o fluxo de veículos e de visitantes que para ali se dirigem, associado a oferta de serviços (ICMBio, 2011).

Nas proximidades do futuro Complexo Paineiras está o local conhecido por “Paineiras”, que corresponde ao trecho da Estrada do Redentor, ligando o bairro do Alto da Boa Vista aos bairros de Santa Tereza e Cosme Velho, onde nos finais de semana e feriados é proibido o tráfego de veículos para que se transforme em área de lazer (ICMBio, 2008).

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca, o perfil do visitante do Morro do Corcovado é diferente daquele que visita a Floresta das Paineiras. No Morro do Corcovado, há predomínio de turistas nacionais e estrangeiros, organizados em pequenos grupos familiares ou em grandes grupos fechados, motivados a apreciar a paisagem. Por sua vez, a maioria dos visitantes da Floresta das Paineiras são frequentadores habituais, moradores da Zona Norte e Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, e se deslocam com o objetivo de praticam exercícios físicos. No local, há diversos mirantes e duchas de água natural, e também estão instalados equipamentos de ginástica (ICMBio, 2008).

A visitação nesta área estratégica, do ponto de vista da reprodução e acumulação, é a mais significativa do Parque devido ao número de visitantes e recursos econômicos gerados. Porém, a cobrança de ingresso se dá unicamente para o acesso ao Monumento do Corcovado. A seguir, iremos compreender como a organização do espaço turístico “Complexo Paineiras”, por meio da terceirização de serviços de apoio, influi em ambos tipos de visitação.

Paineiras: espaço de lazer ou espaço de reprodução do capital?

Para compreender as implicações do estabelecimento do Complexo Paineiras nas atividades de lazer dos visitantes das Paineiras, é importante conhecer, antes, o perfil dos visitantes.

A maior parte dos entrevistados é morador da cidade do Rio de Janeiro (90%), originário da zona sul da cidade (46%), seguido pela zona norte (20%), sobretudo a Tijuca, e zona oeste (43/260%). Dentre os visitantes com origem no centro (14%) da cidade, constatou-se a presença de 14% de moradores do bairro de Santa Tereza. Sendo assim, a maior parte dos visitantes mora em bairros localizados no entorno do Parque, e não se desloca grandes distâncias para visitá-lo.

Na amostra, a renda familiar varia muito pouco, estando concentrada entre R\$6.000,00 e acima de R\$10.000,00 (34%). Há pouca participação dos visitantes com renda familiar inferior a R\$2.500,00 (11%). Com base nestes dados, o estudo revela que os frequentadores das Paineiras,

em sua maioria, pertencem ao grupo de pessoas da cidade do Rio de Janeiro que detém o acesso aos direitos políticos e econômicos.

De um modo geral, é possível caracterizar os visitantes como sendo de ambos os gêneros, com idade entre 25 a 59 anos. São frequentadores habituais, sobretudo nos fins de semana, que, acompanhados de amigos ou parentes, estão interessados em ficar em contato com a natureza, passear com a família e realizar atividades físicas ao ar livre, permanecendo no local até três horas.

Em geral, os visitantes utilizam os bairros do Cosme Velho e de Santa Tereza para acessar as Paineiras de carro (49%) e de bicicleta (5%). Estes bairros não possuem ciclovias e convivem diariamente com engarrafamentos, sobretudo em função da presença de escolas e do fluxo turístico para acessar o Morro do Corcovado. Um número irrelevante utilizou o Trem do Corcovado, taxi ou vans de lotação, que são modais normalmente de uso exclusivo dos turistas que visitam o Morro do Corcovado.

Com relação ao acesso às Paineiras, a maioria dos entrevistados avalia que o fechamento da Estrada do Redentor aos fins de semana é positivo, pois facilita a prática de esportes e atividades de lazer.

Quando perguntados sobre a disponibilidade do transporte público até as Paineiras, a maioria considera que é ruim (56%) por ser inexistente e, em geral, avalia como positiva a introdução de linha regular de ônibus até o local. Porém, embora em percentual menor, há aqueles frequentadores que revelaram suas preocupações sobre a possibilidade de introdução da linha de ônibus, temendo que o local passasse a ter um grande número de visitantes, tornando-o menos aprazível. Os entrevistados também avaliaram como ruim (48%) a possibilidade de proibição de acesso a veículos particulares a partir do Portão das Caboclas¹¹, entrada do Parque Nacional da Tijuca pelo bairro de Santa Tereza, o que iria obrigá-los a continuar suas visitas utilizando o transporte público ou a pé. É importante salientar que, mesmo com a introdução do

¹¹ A proibição do acesso de veículos particulares a partir do Portão das Caboclas, entrada de acesso ao Parque Nacional da Tijuca pelo bairro de Santa Tereza, é uma ação do ICMBio em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro com o objetivo de melhorar o fluxo de veículos e de visitantes para acessar o Morro do Corcovado, e entrou em vigor no alta temporada do verão de 2013/2014. (ICMBIO, 2014).

transporte público, os problemas recorrentes com engarrafamentos nos acessos para o Morro do Corcovado não serão solucionados sem que haja a proibição do acesso de veículos particulares.

Considerando que a maioria dos frequentadores utiliza o carro particular para se deslocar até as Paineiras, muitos deles avaliam o estacionamento como um aspecto que precisa de melhorias, sobretudo sua ampliação, pois o número de vagas disponíveis na data da pesquisa é considerado reduzido.

A pesquisa também buscou compreender a opinião dos frequentadores sobre os serviços e equipamentos presentes atualmente nas Paineiras. Foram avaliados aspectos relativos ao acesso à cidade, tais como: 1) transporte e acesso (sinalização, estrada, fluxo de veículos, orientação de trânsito, disponibilidade de bicicletários e acesso para pessoas com mobilidade reduzida); 2) uso do espaço e equipamentos de lazer (disponibilidade de espaços para pedestres e caminhantes, aparelhos de ginástica, áreas de lazer e pique-nique, disponibilidade de banheiros); 3) e também aspectos relativos à gestão da Unidade de Conservação (proteção do patrimônio natural e histórico-cultural, qualidade da água, limpeza, fiscalização, segurança, informações sobre o Parque, e presença institucional do ICMBio). De um modo geral, todos estes aspectos foram avaliados como ruins pelos participantes da pesquisa.

Sobre a expectativa dos visitantes em relação aos serviços de apoio à visitação a serem disponibilizados por meio do Complexo Paineiras, o estudo indica que há boa aceitação dos frequentadores para a instalação do empreendimento, que incluirá restaurante panorâmico (78%), lanchonetes (78%), loja de souvenirs (64%), sala de exposições artísticas (86%), salas de convenções (58%), centro de informações sobre o Parque (90%) e serviços de guiamento (78%).

A partir da análise dos resultados da pesquisa com relação ao cenário atual (em que a maior parte dos aspectos foram avaliados como ruins), e o cenário futuro (em que a infraestrutura e serviços a serem oferecidos pelo futuro Complexo Paineiras foram avaliados como positivos), observa-se que há um casamento das necessidades a serem atendidas por meio da terceirização dos serviços de apoio à visitação, tanto para os turistas, para quem o empreendimento tem suas ações focadas, como também para os frequentadores das Paineiras. Nesse sentido, é importante retomar a discussão com base nos três aspectos referentes ao acesso à cidade, analisados no caso dos frequentadores das Paineiras.

Com relação ao acesso às Paineiras, é importante analisar o lugar de residência da maioria de seus frequentadores. É possível afirmar que, em um contexto de reprodução capitalista do espaço urbano, os bairros de residência dos frequentadores se localizam na Zona Sul da cidade¹², em sua maioria no entorno imediato do Parque, usufruem das amenidades que o Parque oferece (clima mais fresco, paisagem natural, possibilidade de lazer sem grandes deslocamentos, dentre outros), o que valora ainda mais seus imóveis.

Também, é possível inferir que, quando os entrevistados afirmam que concordam com a introdução de transporte público regular para as Paineiras, mas discordam da possível proibição de acesso aos seus veículos particulares, os frequentadores consideram importante a ampliação do acesso e uso público às Paineiras por pessoas com menor renda familiar, desde que não tenham seu direito afetado. Defendem, portanto, a manutenção dos direitos na diferença. Acredita-se, portanto, que o atual visitante das Paineiras não deixará de utilizar seu veículo para usar o transporte público de passageiros.

Considerando que, atualmente, o Complexo Paineiras vende o ingresso para entrada no Morro do Corcovado juntamente com o transporte rodoviário, saindo de diversos pontos da cidade, a introdução de linha regular de transporte público é uma questão a ser pensada pelos gestores do Parque e da Prefeitura do Rio de Janeiro a partir de outra lógica. É preciso avaliar a necessidade do morador da cidade do Rio de Janeiro que utiliza transporte público para acessar as áreas de lazer do Parque Nacional da Tijuca, e não somente o turista ou o morador com maior poder aquisitivo. É uma questão, portanto, relacionado à negação do direito à cidade, em que o modelo de reprodução capitalista valoriza o desenvolvimento do espaço urbano como destino turístico, em detrimento da cidade como espaço de moradia e para o lazer.

No que tange ao uso do espaço e equipamentos de lazer e também aspectos relativos à gestão da Unidade de Conservação, chama atenção a questão relativa à apropriação capitalista do patrimônio histórico-cultural e natural, a partir da introdução de serviços de apoio à visitação terceirizados. Entende-se que embora o antigo Hotel Paineiras (patrimônio histórico-cultural) e a Floresta das Paineiras (patrimônio natural) sejam áreas públicas importantes para o turismo e o

¹² Área cujo solo representa um dos maiores valores por metro quadro do município do Rio de Janeiro (O GLOBO, 2014).

lazer na cidade do Rio de Janeiro, por muito tempo, o Estado permitiu o sucateamento daquele espaço, não dando atenção necessária para a sua proteção. Mas quando transformado em Complexo Paineiras, com oferta de serviços de apoio à visitação terceirizados, o patrimônio passa a ter valor de troca, processo este consonante com a reprodução do capitalismo no espaço urbano, conforme destaca Lefebvre (2001).

Sendo assim, a transformação do patrimônio histórico-cultural em complexo de serviços turísticos adquire valor de troca devido à unicidade da paisagem natural do Parque Nacional da Tijuca. Ao mesmo tempo, o Complexo Paineiras atribui, também, um valor de troca à paisagem. O espaço de lazer torna-se, assim, cada vez mais caro para a classe média e trabalhadora frequentadora das Paineiras, e cada vez mais “distante” das classes sociais vulnerabilizadas.

Portanto, a introdução dos serviços de apoio à visitação no futuro Complexo Paineiras implicará na visitação dos frequentadores da Floresta das Paineiras em diversos aspectos: por um lado, implantará os serviços e infraestrutura demandados para a visitação, com a qualidade e eficiência próprias das empresas privadas; por outro, estabelece uma perspectiva elitista na visitação em parques nacionais, excluindo grupos sociais vulnerabilizados historicamente. Por fim, percebe-se que as políticas de revitalização seguem à risca a cartilha da desqualificação do Estado e do empresariamento das práticas de atendimento no serviço público, o que significa a reprodução e acumulação capitalista do espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou as implicações do estabelecimento de serviços de apoio à visitação, a serem oferecidos por meio da terceirização do Complexo Paineiras, para o lazer dos frequentadores das Paineiras, área de lazer localizada no Parque Nacional da Tijuca (RJ).

Sendo assim, o artigo discutiu como a produção capitalista do espaço urbano influi na organização do turismo, especialmente nos parques nacionais. Buscou, também, compreender a política pública de terceirização de serviço de apoio à visitação em parques nacionais brasileiros.

Verificou-se que o lugar conhecido como Paineiras é um fragmento da cidade do Rio de Janeiro de uso público predominante de determinada classe social, devido ao fato de ser acessado somente de veículo particular ou transporte turístico. Na medida em que serão introduzidos serviços de apoio à visitação, por meio da terceirização do Complexo Paineiras, há possibilidade de

valoração, ainda maior, das atividades de lazer, podendo impactar também os frequentadores habituais que possuem maior influência política e econômica. Além disso, a revitalização do equipamento turístico implicará na negação dos direitos de acesso e usufruto do espaço público pela classe vulnerabilizada historicamente.

Sendo assim, as Paineiras parece estar perdendo sua função pública e social de espaço de lazer e cultura na medida em que passa a ser espaço de reprodução capitalista para atender às demandas de uma cidade que se globaliza.

Com base no exposto, questiona-se: qual é a real possibilidade do cidadão em opinar sobre o processo de produção capitalista do espaço urbano, especialmente no caso do Complexo Paineiras/Parque Nacional da Tijuca?

Quando os espaços de participação social na gestão da UC são negados a determinados grupos sociais, outros meios não convencionais para manifestação podem surgir. Sendo assim, observa-se que no processo de terceirização dos serviços em espaços públicos deve haver o reconhecimento das diferentes classes sociais, a fim de garantir que o processo seja legítimo do ponto de vista de um Estado democrático de direito.

Portando, recomenda-se aos servidores e gestores da unidade de conservação em questão, a aplicação da Constituição Federal, da Política de Educação Ambiental para que o sujeito envolvido se transforme em sujeito participativo, na decisão e o direito *stricto senso* adquira força política perante a reconfiguração dos espaços, na perspectiva da coletividade. Sugere-se ainda um olhar crítico com relação às políticas de reprodução capitalista do espaço, especialmente nos centros urbanos para que, a gestão de parques nacionais, não sirva de instrumento de acumulação do capital e exclusão socioambiental.

Também, espera-se que este trabalho ofereça elementos para a reflexão sobre a terceirização de serviços de apoio à visitação em dois sentidos: primeiramente, a opinião dos frequentadores pode interessar aos gestores públicos, no sentido de avaliar como a política de terceirização de serviços é recebida por visitantes das áreas de lazer com acesso gratuito; bem como a pesquisadores e estudantes, empenhados em debater a implicação das terceirizações no contexto de produção capitalista do espaço urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia **A Cidade do Pensamento Único**. Desmanchando Consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Lei 11.516 de 28 de agosto de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza (ICMBio).

BRASIL. **Lei nº 9.985 de 19 de julho de 2000**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

DERANI, Cristiane. **Privatização e serviços públicos: as ações do Estado na Produção Econômica**. São Paulo: Max Limonad, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, NUPAUB/Universidade de São Paulo, 2004.

HARVEY. D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____ **“El Derecho à la Ciudad”**, New Left Review, nº53, 2008. In <http://www.moviments.net/espaimarx/docs/6786f3c62fbf9021694f6e51cc07fe3c.pdf>

_____ **A Produção Capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____ E Boschetti, Ivanet. **Política Social: Fundamento e História**. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca Básica de serviço social; v. 2)

_____ J. S. **Pensando e praticando a educação no processo de gestão do meio ambiente**. Brasília, IBAMA, 2002.

IAMAMOTO, Marida Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social** – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

ICMBio. **Acesso restrito de veículos à Estrada das Paineiras até março**. Disponível em http://www.parquedatijuca.com.br/noticia.php?id_noticia=190. Acessado em 13/jun/2014.

ICMBio. **Novo recorde de visitação do Parque Nacional da Tijuca**. Disponível em http://www.parquedatijuca.com.br/noticia.php?id_noticia=196. Acessado em 13/jun/2014.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. SP: Papirus, 2002.

LEFEBVRE, Henri, **“O Direito à cidade”** São Paulo: Ed. Moraes, 1991. Pgs. 103-135.

LEUZINGER, Márcia Dieguez. **Natureza e Cultura: direito ao meio ambiente equilibrado e direitos culturais diante da criação de unidades de conservação de proteção integral e domínio público habitadas por populações tradicionais**. Tese de Doutorado apresentado ao CDS/UnB. Orientador: Elimar P. Nascimento. Brasília, DF: 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa “Parques da Copa”**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Edital de Chama Pública de Projetos do Ministério do Turismo. nº 001/2008. **Seleção de propostas de projetos para o apoio às iniciativas de turismo de base comunitária**. Brasília: 2008.

MORE, Thomas A. & MANNING, Robert E. **The Public Function of Parks and Protected Areas**. Working Papers of the Finnish Forest Research Institute 2. Disponível em: <http://www.metla.fi/julkaisut/workingpapers/2004/mwp002.htm>. Acesso em: agosto de 2012.

O GLOBO. **Metro quadrado no Rio subiu 10,1%, mas locação caiu 1,8%**. Disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/imoveis/metro-quadrado-no-rio-subiu-101-mas-locacao-caiu-18-12007676>. Acessado em 13/jun/2014.

QUINTAS, J.S. Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental. Brasília, IBAMA, 2001.

ROBERT, CASTEL. **As Armadilhas da exclusão**. In Desigualdade e Questão Social / orgs. Mariangela Belfiore Wanderley, Lucia Bógus, Maria Camelita Yazbek – 2 ed.rev. e ampliada – São Paulo: EDUC, 2004

ROCKTAESCHEL, Benita M. M. M. **Terceirização em Áreas Protegidas** – estímulo ao ecoturismo no Brasil. São Paulo: Editora Senac, 2006.

RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira. **O uso do público nos parques nacionais**: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. Tese de Doutorado apresentada ao CDS/UnB. Orientador: José Augusto Drummond. Brasília, 2009.